

JOÃO EDUARDO LOPES QUEIROZ

**MANUAL DE SOLUÇÕES  
EXTRAJUDICIAIS  
DE CONFLITOS NA  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Londrina/PR  
2021

  
**THOTH**  
EDITORA

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)



Queiroz, João Eduardo Lopes.  
Manual de soluções extrajudiciais de  
conflitos na administração pública  
/ João Eduardo Lopes Queiroz. –  
Londrina, PR: Thoth, 2021.

209 p.

Bibliografias: 199-209

ISBN 978-65-5959-064-3

1. Direito Administrativo. 2. Arbitragem. 3.  
Acordos Administrativos. I. Título.

CDD 341.3

**Diagramação e Capa:** Editora Thoth

**Revisão:** Maria Eunice Lopes

**Editor chefe:** Bruno Fuga

**Coordenador de Produção Editorial:** Thiago  
Caversan Antunes

**Diretor de Operações de Conteúdo:** Arthur  
Bezerra de Souza Junior

### Conselho Editorial (Gestão 2021)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele  
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior  
• Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur  
Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto  
Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart  
Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof.  
Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio  
Tartuce • Esp. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr.  
Guilherme Wünsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão  
• Prof. Me. Júlio Alves Caixeta Júnior • Prof. Esp.  
Marcelo Pichioli da Silveira • Prof. Dra. Marcia  
Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham  
Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa  
Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes •  
Prof. Dr. Zulmar Fachin

### Índices para catálogo sistemático

1. Direito Administrativo : 341.3

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra  
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é  
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados  
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se  
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por  
seus autores.

# SUMÁRIO

SÓBRE O AUTOR.....	7
APRESENTAÇÃO.....	9
PREFÁCIO.....	11
SUMÁRIO.....	12

INTRODUÇÃO●.....	15
------------------	----

## CAPÍTULO 1

FORMAS DE RESOLUÇÕES DE CONFLITOS EXISTENTES NA SOCIEDADE.....	21
1.1 Autotutela.....	21
1.2 Autocomposição.....	23
1.2.1 Espécies de autocomposição.....	29
1.2.1.1 Negociação.....	30
1.2.1.2 Conciliação extrajudicial.....	31
1.2.1.3 Mediação extrajudicial.....	37
1.3 Heterocomposição.....	50
1.3.1 Espécies de heterocomposição.....	51
1.3.1.1 Arbitragem.....	56
1.3.1.2 Conciliação judicial.....	65
1.3.1.3 Mediação judicial.....	67
1.3.1.4 Decisão judicial.....	67

## CAPÍTULO 2

AUTOCOMPOSIÇÃO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	69
2.1 Necessidade estatística e factual de incentivo à autocomposição no âmbito da administração pública.....	70
2.2 Abertura das portas à negociação, mediação e conciliação extrajudicial na administração pública.....	74
2.3 Negociação para transação extrajudicial.....	93
2.3.1 O <i>Dispute Resolution Board</i> .....	95
2.3.2 Transação extrajudicial através de acordos administrativos.....	103

**CAPÍTULO 3****HETEROCOMPOSIÇÃO EXTRAJUDICIAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ATRAVÉS DA ARBITRAGEM..... 115**

- 3.1 Histórico e evolução da arbitragem na administração pública..... 116
  - 3.1.1 Litígios decorrentes de relações com o poder público onde não houve lei autorizativa permitindo a realização da arbitragem: Caso Minas x Werneck.118
  - 3.1.2 Litígios decorrentes de relações com o poder público onde há lei autorizativa permitindo a realização da arbitragem: o sempre citado Caso Lage ..... 122
  - 3.1.3 Litígios decorrentes de relações com o poder público vinculando a resolução de conflitos através da arbitragem: posição do Tribunal de Contas da União e do Superior Tribunal de Justiça ..... 127
- 3.2 Mitigação do regime jurídico-administrativo para a viabilidade da arbitragem nos contratos envolvendo o poder público ..... 134
- 3.3 Posições doutrinárias sobre a possibilidade de arbitragem nos contratos administrativos ..... 141
- 3.4 Necessidade de lei genérica ou específica autorizando a arbitragem em sede de contratos administrativos..... 147
- 3.5 Arbitrabilidade objetiva e subjetiva na administração pública..... 148
- 3.6 Principais permissivos legais específicos para adoção da arbitragem na administração pública ..... 155
- 3.7 Disciplina jurídica trazida pela lei n. 13.129, de 26 de maio de 2015..... 159
- 3.8 Necessidade de convenção de arbitragem para conduzir ajustes administrativos ao juízo arbitral..... 162
  - 3.8.1 Cláusula compromissória ..... 163
  - 3.8.2 Compromisso arbitral ..... 166
  - 3.8.3 Parâmetros para elaboração de cláusulas arbitrais eficientes ..... 167
  - 3.8.4 Convenção de arbitragem e princípio da competência-competência...171
- 3.9 Escolha dos árbitros ou da câmara arbitral..... 181
- 3.10 O problema dos custos do procedimento arbitral..... 185

**CAPÍTULO 4****A LEI FEDERAL N. 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021 E O REGIME JURÍDICO DAS SOLUÇÕES EXTRAJUDICIAIS DE CONFLITOS NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS..... 189****CONCLUSÃO..... 195****REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 199**